

Editorial

Sem meias palavras

MUDARDEVIDA

jornal popular / apoio: 0,50 €

Janeiro-Fevereiro 2011 / número 26

O governo cantou vitória por ter reduzido, segundo contas de Janeiro, cerca de metade do défice respeitante aos gastos do Estado. Mas, sabidas as medidas previstas no Orçamento e nos PEC, outra coisa não seria de esperar. O governo apenas prova que é um executante esforçado do acordo feito com o PSD (a mando da banca e do patronato); e um bom aluno perante a União Europeia e a finança mundial.

A façanha resume-se, pois, a isto: espremer os trabalhadores assalariados e os pobres. Não é má gestão: é o capital no seu melhor.

O mais trágico é que, continuando as coisas como até aqui, sabemos que este esmagamento das condições de vida vai prosseguir ao longo deste ano e dos próximos – e continuará enquanto o poder (isto é, o capital e não apenas o seu governo) sentir que tem margem para o fazer sem correr o risco de uma revolta. O “sucesso” do governo assenta, portanto, numa fraca resposta da parte dos trabalhadores.

Todos temos consciência de que os protestos realizados (por mais numerosos e participados que tenham sido) foram absorvidos sem abalos pelo poder. Porquê? Porque até agora se têm confinado a tentar amortecer os efeitos das medidas governativas sem ousar contestar os fundamentos do problema: a barbárie da exploração levada a cabo pelo capital. Ora, na luta de classes, não é por se pedir menos que se obtém alguma coisa. Ao contrário, os trabalhadores só têm possibilidade de obter algum ganho se conseguirem – pela força posta nas suas exigências – fazer sentir ao capital que tem alguma coisa a perder.

Às próximas lutas dos trabalhadores, e também às manifestações marcadas para Março, coloca-se assim uma questão decisiva: trazer para a ordem do dia a necessidade da luta anticapitalista. Sem meias palavras.



O povo está farto

O que dizem aos trabalhadores europeus as revoltas dos povos árabes?

páginas centrais

A pesar das diferenças que existem entre a Europa e o mundo árabe, as razões que levam as populações árabes à luta têm traços comuns com a situação que está a ser vivida por grande parte das populações

europeias, sujeitas a medidas ditas de austeridade que as lançam na pobreza. As revoltas que estão em marcha dão um sinal de viragem – não só para os países árabes, mas também para a luta de classe dos trabalhadores europeus.

A burla do salário mínimo, uma lição a tirar *pág. 2*

Baixar salários, aconselham os *amigos* da UE *pág. 3*

Debate a propósito das presidenciais *pág. 8*

A burla do salário mínimo nacional

E a lição que se pode tirar para as próximas lutas dos trabalhadores

Em Dezembro, num simulacro de negociação no Conselho de Concertação Social, o governo determinou que o aumento do salário mínimo nacional (SMN) fosse “faseado”, subindo 10€ em Janeiro em vez dos 25 previstos. Revogou, assim, como queriam os patrões, o acordo estabelecido em 2006 que colocava o SMN nos 500€ em Janeiro deste ano. Acontece que o aumento dos preços, que dá sinais de disparar nos produtos e serviços básicos, vai ser superior à subida do SMN (3,2% de Janeiro 2010 a Janeiro 2011), fazendo com que o valor real do salário mínimo, e por arrasto dos demais, continue a diminuir, comido logo à partida.



Mesmo assim, o líder da UGT, João Proença, teve a lata de afirmar que se

tratou de “vitória dos trabalhadores” porque, argumenta ele, os patrões não queriam qualquer aumento. E teve ainda o despudor de acrescentar que foi a greve geral de 24 de Novembro que permitiu essa “vitória” de 10€ mensais. A comunicação social deu, claro, pleno eco às boas razões do patronato e do governo e ao bom senso de João Proença. E elogiou mesmo a ministra do Trabalho por ter tido “o mérito de gizar uma estratégia capaz de aproximar os patrões e os sindicatos” (Público, 23 Dezembro). Notável!

Resposta tem de ser outra

A CGTP rejeitou a manigância. Mas, diante da campanha que pretende justificar a burla, foi fraca a acusação de que o governo mostrou “estar ao serviço dos patrões” – coisa por demais sabida. Nem serve de nada, pelos resultados vistos, afirmar que “não podemos aceitar

que não se cumpram compromissos”. A questão está em saber como é que os trabalhadores terão de fazer frente à impunidade do governo e dos patrões. O à-vontade com que todos eles fazem gato-sapato dos trabalhadores precisa de outro nível de resposta. É este o problema que exige solução – e que se vai pôr de novo na manifestação marcada pelos sindicatos para 19 de Março. O que sucedeu com este caso do Conselho de Concertação Social não passa de uma câmara de eco dos patrões em que os trabalhadores são sistematicamente ludibriados por uma “concertação”, só na aparência democrática, de resultados viciados à partida.

As coisas mudaram

Na verdade, as forças patronais e o governo romperam há muito com a ideia de “pacto social” que esteve na origem, cá e noutros países europeus, dos organismos

de concertação e de conciliação de classes. Uma tal ideia – e todo o edifício de entendimento entre capital e trabalho erguido em torno dela – pressupunha da parte do capital conceder regularmente um ganho relativo, material e social, às classes trabalhadoras a troco de “tranquilidade social”. Ora, essa relação entre capital e trabalho está, há mais de 20 anos, a ser varrida da face da terra pela iniciativa do próprio capital; e a crise actual do capitalismo mundial (ainda por cima agravada em países periféricos como o nosso) faz de qualquer “pacto social” uma miragem. É indispensável que os trabalhadores e o movimento sindical perspectivem as suas lutas em função desta realidade. O que, a nosso ver, significa reerguer – sem cedência à chantagem do “esforço colectivo

nacional” – a defesa dos interesses específicos, de classe, dos trabalhadores.

Como dissemos nas vésperas do 24 de Novembro, a greve geral deveria ser um arranque e não um ponto de chegada. O mesmo se põe agora com as lutas laborais que estão a desencadear-se e com a manifestação de 19 de Março. Arranque em direcção a um nível de resposta da parte da massa trabalhadora à altura das circunstâncias. De outro modo, os esforços aplicados na greve geral e nas demais lutas vão esvaír-se, o governo e os patrões vão prosseguir, sem obstáculos de maior, a sua ofensiva – e pessoas como João Proença podem reduzir um protesto que mobilizou milhões de trabalhadores a ... uma “vitória” de 10€ por mês.

Urbano de Campos

FICHA TÉCNICA

Redacção Cristina Meneses, Manuel Raposo, Pedro Goulart

Colaboradores António Louçã, Carlos Completo, Carlos Simões, François Pechereau, Manuel Vaz, Rita Moura, Urbano de Campos

Site David Raposo

Contactos

Apartado 50093 S. João de Brito 1702-001 Lisboa
jornalmudardevida@gmail.com
www.jornalmudardevida.net

ASSINATURAS

10 números / Donativo mínimo: 15€ Apoio: o mais possível

Como fazer uma assinatura:

No site www.jornalmudardevida.net (>Assinaturas): indique nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e transfira o seu contributo numa caixa Multibanco (seleccionando “Outras Operações” e “Transferências”), para o NIB 0007 0000 00682481622 23. Envie-nos um e-mail a comunicar a transferência.

Por correio: envie nome, morada, código postal, indique o número a partir do qual inicia a assinatura e junte um cheque traçado, ao portador.

Crescem as pressões contra os trabalhadores

FMI, Comissão Europeia, patronato vão-se pondo de acordo

Apesar dos elogios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Comissão Europeia (CE) ao Orçamento de Passos Coelho e José Sócrates para 2011, estas organizações político-económicas imperialistas têm continuado a pressionar Portugal para que o governo prossiga e aprofunde as suas “reformas”, ou seja, leve a cabo um ainda maior ataque aos direitos económicos e sociais dos trabalhadores, facilitando a vida aos capitalistas.

Como exemplo dos seus remédios para a “crise” estão à vista os “ajustamentos” que, com a participação dos governos dos respectivos países, têm estado a ser aplicados a gregos e irlandeses – despedimentos, cortes nos salários e nos gastos sociais, redução nos valores das reformas, assim como subida dos impostos. Em relatório recente, técnicos do FMI defenderam que Portugal deve proceder à diminuição do valor das indemnizações aos trabalhadores despedidos com ou sem justa causa, isto é, tomar os despedimentos mais baratos. Também, em anterior relatório, esses mesmos técnicos já haviam defendido uma maior flexibilização das leis laborais, nomeadamente no que diz respeito aos horários de trabalho. Tudo, medidas que têm vindo persistentemente a ser

reivindicadas pelo patronato. Em sintonia com estas pressões, Teixeira dos Santos logo afirmou que, a par do processo de consolidação orçamental, teriam de se “aprofundar” reformas no mercado de trabalho, que levassem a cabo um ajustamento às actuais condições económicas. Sócrates, igualmente, admitiu discutir com patrões e sindicatos “melhorias” nas condições do mercado de trabalho. E Passos Coelho também declarou estar pronto a governar com o FMI (provavelmente com a ajuda do seu conhecido correligionário do PSD e também responsável desta instituição, António Borges). O governo de Sócrates já está a pôr em prática a tal medida respeitante ao embaratecimento dos despedimentos. As medidas

relativas à flexibilização também estão na calha. Com ou sem FMI, esta gente – os Sócrates, os Teixeira dos Santos e os Passos Coelho – muitas vezes afirmando hoje o que negavam ontem, não hesitam em assumir-se claramente como lacaios do capital – aquilo que efectivamente são – numa feroz concorrência pela gestão do sistema de exploração e opressão capitalista. Aliás, eles têm vindo a avançar com vários dos “ajustamentos” receitados pelo Fundo Monetário Internacional e pela Comissão Europeia. E, agora, com a reeleição de

Cavaco Silva, mais fácil se torna o aprofundamento generalizado do ataque aos direitos dos trabalhadores. Enquanto os de baixo não acreditarem suficientemente na sua força, não se organizarem adequadamente nem se revoltarem a sério correndo com a corja que domina a economia do país e com os seus representantes alcandorados ao mais alto nível do aparelho de estado, os problemas de fundo não serão resolvidos e será cada vez mais difícil a vida de quem vende a sua força de trabalho e é diariamente oprimido.

Pedro Goulart



Conselhos *amigos*: baixar salários é um deles

Carlos Zorrinho, secretário de estado da Energia e Inovação, disse recentemente num almoço-debate com jornalistas organizado pela Comissão Europeia que Bruxelas recomenda a Lisboa um “ajustamento dos preços e dos salários”, bem como a “flexibilização do mercado de trabalho”. Apesar de afirmar que o governo português não está “cem por cento de acordo” com todos os conselhos de Bruxelas, o secretário de estado lá foi dizendo: “Nós achamos que sim (pode haver ajustamento de salários e preços) mas, para ganhar competitividade, este é um dos componentes e não o único nem sequer o principal”. No que respeita à flexibilização do mercado de trabalho, Carlos Zorrinho manifestou a sua concordância com este objectivo de Bruxelas, mas “através de outros mecanismos”. Recordamos que nos últimos dias também foi noticiado pelos média que uma missão (composta por elementos da UE, do BCE e do FMI) enviada à Grécia afirmou em conferência de imprensa que o programa de ajustamento orçamental deste país estava a ser implementado com sucesso, mas que ainda era preciso delinear e

pôr em prática reformas estruturais significativas, assim como aumentar o nível das privatizações previstas, apontando para uma venda de activos da ordem dos 50 mil milhões de euros. Tais conselhos viriam a provocar protestos do governo grego, apesar da conhecida subserviência do executivo de Papandreou em relação às instituições político-económicas do imperialismo. Com esta conversa mole, Carlos Zorrinho, à semelhança dos seus colegas de governo Vieira da Silva e Helena André, procura preparar terreno para a continuação e aprofundamento das medidas anti-trabalhadores desejadas pelo patronato, patrocinadas pela Comissão Europeia e pelo FMI, e que têm vindo diligentemente a ser postas em prática pelo governo de José Sócrates. Não pode haver ilusões quanto ao que diz este executivo do PS – quando numa semana eles afirmam que não aumentam os impostos, que não vão despedir, que não vão retirar os salários aos trabalhadores, nas semanas seguintes fazem precisamente o contrário.

Pedro Goulart

Portucale & companhia

Porque não são julgados os ex-ministros implicados?

Abel Pinheiro, ex-dirigente do CDS-PP e arguido no processo Portucale, falou aos jornalistas à saída da primeira sessão do julgamento. Afirmou ter sido "apenas um mensageiro" de um pedido ao ex-ministro do Ambiente Nobre Guedes para assinar o despacho que permitia o abate de mais de dois mil sobreiros, em Benavente. Acrescentou, ainda, que essa função de mensageiro "era perfeitamente legítima" e que "estava a exercer funções públicas atribuídas pela comissão executiva do partido", da qual fazia parte.

Onze arguidos, entre os quais Abel Pinheiro (por cujas mãos passaram várias

versões prévias do despacho de Nobre Guedes favorável ao Grupo Espírito Santo), começaram a ser julgados, no dia 2 de Fevereiro, num processo relacionado com o abate de mais de dois mil sobreiros, na herdade da Vargem Fresca, em Benavente, para a construção de um projecto turístico-imobiliário da empresa Portucale, do Grupo Espírito Santo (GES).

Os arguidos são: Abel Pinheiro, Carlos Calvário, José Manuel de Sousa e Luís Horta e Costa (estes três ligados ao GES), António de Sousa Macedo (ex-director-geral das Florestas), Manuel Rebelo (ex-membro da Direcção-Geral das Florestas), António Ferreira Gonçalves (ex-chefe do Núcleo Florestal do Ribatejo), João Carvalho, Teresa Godinho, Eunice Tinta e José António Valadas (funcionários do CDS).

No início do julgamento, o advogado de António Sousa Macedo questionou a razão por que os três ministros – Nobre Guedes, Telmo Correia e Carlos Costa Neves, que assinaram o despacho de 16 de Fevereiro de 2005 – não estão a ser julgados. «Não vejo aqui nenhum ministro presente. Este julgamento é um absurdo e uma imbecilidade. Não percebo por que só estão aqui os



técnicos, que não violaram nenhum dever, só cumpriram ordens», afirmou Carlos Pinto de Abreu.

Por um lado, percebe-se que Carlos Pinto de Abreu queira branquear as responsabilidades de Sousa Macedo neste processo, mas, por outro lado, é bastante significativo que o Ministério Público, sob a direcção de Cândida de Almeida, tenha, uma vez mais, evitado acusar os principais responsáveis das golpadas.

Abel Pinheiro e os administradores do GES são acusados de tráfico de influências, enquanto os funcionários do CDS-PP vão responder pela acusação de falsificação de documentos. Estes são suspeitos do preenchimento de recibos de donativos para justificar a

entrada de um milhão de euros nas contas do partido. Essencialmente, o que aqui está em causa é a aquisição de donativos, de modo criminoso, para o CDS-PP. Tal como, nos casos Freeport, BPN e Face Oculta, em que, para além de benefícios pessoais de alguns dos participantes, parece haver indícios fortes de que parte destes dinheiros eram destinados a actividades políticas do PS e do PSD. Isto é, para além dos "legais" assaltos diários que as classes dominantes levam a cabo contra as classes trabalhadoras, há ainda estes assaltos mais descarados que vão fornecendo importantes meios para o funcionamento dos partidos de centro direita, que têm "governado" o país nas últimas décadas.

Carlos Completo

Os mixordeiros

Os mais recentes dados do INE sobre o desemprego desmentem as previsões do governo. O número de desempregados atingiu novo máximo, com 619 mil portugueses sem trabalho. A taxa de desemprego para o quarto trimestre de 2010 é estimada em 11,1%, agravando-se, assim, o valor face aos 10,9% verificados no trimestre anterior. Mas sabemos que estes são dados oficiais, pois o desemprego efectivo já ultrapassa os 760 mil. Para lançar poeira para os olhos dos incautos, o governo costuma usar os habituais e torturados números do IEFP, que surgiram passadas umas horas sobre os dados do INE, salientando uma descida do desemprego em Janeiro relativamente ao mês homólogo de 2010!

Os cúmplices do costume

O governo de Sócrates, com particular responsabilidade dos ministros Rui Pereira (Administração Interna) e Alberto Costa (ex-Justiça), assinou em 2009 um acordo bilateral com os EUA pelo qual, a pretexto da luta contra o terrorismo, o FBI terá acesso a dados biográficos, biométricos e de ADN dos portugueses. O governo, que manteve o acordo secreto até final de 2010, antecipou-se à União Europeia, que levanta reticências sobre o assunto, mostrando-se mais capacho perante os EUA que os dirigentes europeus. Entretanto, a Comissão Nacional de Protecção de Dados deu parecer negativo ao acordo por violar a legislação nacional e europeia, dizendo mesmo que ele permite aos EUA procedimentos que conduzam à pena de morte, prisão perpétua ou prisão indeterminada. O governo diz que o acordo incide sobre crimes graves, mas sabe-se que ficam abrangidos delitos que levam a um ano de prisão. Diante da condenação feita pelo BE e pelo PCP na Assembleia da República (9 Fevereiro), o PS defendeu o acordo, o CDS calou-se e o PSD não disse se o chumbaria quando a AR tiver de se pronunciar. Os cúmplices do costume.

Boas-festas

De visita, pelo Natal, aos militares portugueses no Kosovo, o ministro da Defesa elogiou o desempenho das tropas num país em que “falta paz, segurança e bem-estar”. Teria sido oportuno que o ministro, em vez desta conversa da praxe, explicasse aos portugueses como justifica ter tropas num país cujos dirigentes foram acusados pelo Conselho da Europa de tráfico de órgãos humanos retirados a prisioneiros sérvios assassinados. É que, sabidos estes factos, o apoio à máfia que domina o Kosovo coloca as autoridades portuguesas mais perto do papel de cúmplices de um crime contra a humanidade do que do propósito anunciado pelo ministro de “permitir o bem conviver de pessoas”.

Auto-definição

Um voto de apoio ao povo egípcio, proposto pelo BE, foi chumbado na AR com votos contra do PS e PSD e abstenção do CDS. Não admira, mas vale a pena ouvir as justificações. PS: “o voto do BE é oportunista” – mas o que fica à vista é o oportunismo do PS que não toma posição contra uma ditadura por ser aliada da UE e dos EUA. PSD: “ainda não se sabe o desenlace” – ou seja, é preciso ver se Mubarak cai mesmo, e não seremos nós a descalçá-lo. CDS: “há perigo de infiltrações islamistas” (antes diriam “comunistas”) – portanto, na incerteza, Mubarak dá mais garantias. Berlusconi foi mais claro: disse que Mubarak era homem avisado e merecia continuar. Há momentos reveladores.

Balanço

O balanço sobre a economia capitalista em 2010 mostra que vivemos a maior crise dos últimos 80 anos. A contradição trabalho-capital existe e agudiza-se. A dicotomia esquerda-direita também. A luta de classes e a revolução não morreram. A História não acabou... O marxismo nunca esteve tão vivo, dinâmico, actual e alternativo ao capitalismo como hoje. **FB**

Semana de luta nos transportes

Os protestos vão continuar contra os cortes salariais

Trabalhadores dos transportes públicos e das transportadoras privadas fizeram greves na primeira semana de Fevereiro, em protesto contra os cortes e congelamentos salariais. Mas, também, face à generalizada ofensiva do Estado e do capital contra os seus direitos económicos e sociais.

No dia 7, durante toda a manhã, uma paralisação quase geral dos trabalhadores parou o Metropolitano de Lisboa. Dois dias depois, as paralisações atingiram a Transtejo (três horas por turno) e a Carris (quatro horas), em Lisboa, e o STCP (quatro horas e meia), no Porto. No dia 10, pararam os trabalhadores do sector ferroviário. Na CP, CP Carga,

Refer e EMEF, a paralisação abrangeu todo o período de trabalho, sendo a única excepção entre os “trabalhadores de tracção”, onde se incluem os maquinistas, que pararam entre as 5 e as 9 horas.

No fim da semana, os trabalhadores das empresas privadas de transportes protestaram contra o congelamento de salários. Na Soflusa, em Lisboa, os trabalhadores pararam duas horas por turno, na Rodoviária de Entre Douro e Minho, Braga, e na Rodoviária da Beira Interior, Coimbra, as paragens foram de onze horas.

Como, geralmente, não foram disponibilizados transportes alternativos, foi uma semana difícil para quem diariamente utiliza os transportes colectivos. Embora muita gente possa ter-se sentido prejudicada, é necessário compreender a justa luta dos trabalhadores do sector e apontar

os verdadeiros responsáveis pelas dificuldades dos utentes – os mesmos que prejudicam os trabalhadores do sector – governo e patronato.

Pela mobilização e pela elevada adesão às paralisações, é de destacar a luta dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, da CP, da Transtejo e da Soflusa. E os protestos do sector não ficarão por aqui. Os trabalhadores das empresas de transportes e comunicações admitem voltar à luta contra os cortes salariais, segundo afirmou o coordenador da Federação de Sindicatos dos Transportes (Fectrans). “Fica claro que, se a situação não se alterar, os trabalhadores irão continuar a sua luta de forma diversa”, acrescentou ainda, referindo que poderão voltar a ser feitas “lutas convergentes” no sector dos transportes e comunicações.

Pedro Goulart

“Não pagamos a crise deles”

Trabalhadores da INCM apelam a uma greve geral do sector público

Os 700 trabalhadores da Imprensa Nacional Casa da Moeda (cerca de 600 dos quais nas instalações de Lisboa) fizeram greve no dia 11 de Fevereiro, em reacção contra os cortes salariais, à semelhança de trabalhadores de outros sectores, nomeadamente os dos transportes.

Em comunicado, a Comissão de Trabalhadores da INCM explicou as razões da luta e lançou um apelo para o endurecimento dos protestos, propondo uma greve geral dos trabalhadores do sector empresarial do Estado e da Administração Pública. Além de sofrerem o efeito dos cortes salariais agora postos em prática (que afectam também

subsídios, horas extraordinárias e progressões nas carreiras) os trabalhadores da INCM, tal como os demais da Função Pública, não tiveram aumentos salariais no ano passado.

“Com que moral, pergunta a CT, podem impor-nos esta austeridade, se a INCM continua a dar lucros, fruto do nosso trabalho? Em nome de que crise somos obrigados a contribuir com parte dos nossos parcos rendimentos?” E acrescenta: “Querem que paguemos para que os capitalistas, os gestores e equivalentes possam continuar a ter altos lucros e chorudos ordenados e mordomias”.

As medidas de austeridade são apontadas pela CT como fazendo parte da pior ofensiva contra os direitos dos trabalhadores desde o 25 de Abril. E sublinha que a direita quer mais ainda: revisão da Constituição, despedimentos

mais facilitados, fim da contratação colectiva, privatização das empresas do sector empresarial do Estado e ainda maiores medidas de austeridade impostas pelo FMI. A resposta dos trabalhadores, refere o comunicado da CT, só pode ser: não pagamos a crise deles. E defende o endurecimento da luta: “Se os patrões se unem contra os trabalhadores, nós temos de nos unir contra os patrões e o governo”. E, nesse sentido, é adiantada a proposta de uma greve geral que una todos os trabalhadores do sector empresarial do Estado, em conjunto com os trabalhadores da Administração Pública Central e Local, com concentrações nos locais de trabalho, a culminar numa grande manifestação junto ao ministério das Finanças.

Urbano de Campos



Nada a ganhar...

"A Europa não tem nada a ganhar com a instabilidade no Mediterrâneo". Assim resumiu o embaixador Martins da Cruz (TSF, 17 Fevereiro) a posição do imperialismo europeu, e também norte-americano, sobre as revoltas que varrem o mundo árabe. Compreende-se: todos os regimes abalados, sem exceção, são "amigos", de longa ou fresca data, da União Europeia e dos EUA. Razões da amizade: o gás natural, o petróleo e as vantagens estratégicas.

Mas, contrariando as previsões de todos os "especialistas" de assuntos internacionais, o certo é que as manifestações continuam a alastrar e a mostrar uma inesperada disposição de luta não de pequenos grupos, mas de massas de milhares de pessoas, que enfrentam inclusive a repressão mais brutal.

Depois das primeiras escaramuças na Argélia, a revolta tunisina deitou a baixo o regime de Ben Ali e as manifestações no Egito derrubaram Mubarak. O contágio atingiu o Líbano, a Líbia, o Barém (que acolhe a 5.ª esquadra dos EUA, polícia do Índico e do Médio Oriente) e o Iraque, registando-se já muitos dias de protestos e dezenas de mortos. Também para a Jordânia, Argélia, Marrocos e Síria estão marcadas acções de protesto para os próximos dias. A força desta onda está no facto de mobilizar

milhares de pessoas (incluindo jovens e mulheres) em cada país, e de constituir uma frente de luta muito ampla, que já tocou dez dos vinte e dois países árabes e que pode alastrar a muitos mais se tomarmos em conta os traços comuns da situação da maioria deles.

Nessa força dos protestos há que encontrar a razão das presentes cautelas dos EUA e da UE. Depois de uma primeira reacção de apoio aos regimes laicos, europeus e norte-americanos acharam melhor aceitar transições "ordeiras", para poderem controlar as mudanças. Receiam que a resistência dos velhos regimes gere uma reacção mais extremada e leve a alterações radicais de poder nos países atingidos. Receiam que o alastramento da revolta a mais países ponha em causa a sua influência e os seus interesses na região, nomeadamente o acesso às fontes de energia e o trânsito no canal de Suez, por onde passam 8 a 10% do valor do comércio mundial. Receiam que uma convulsão social no norte de África e no Médio Oriente altere os equilíbrios que têm protegido Israel.

O desenlace vai ser ditado pela força da luta de massas que está em curso. Cabe-nos apoiá-la e desejar, como Guevara disse a propósito do Vietname, que floresçam um, dois, três Egiptos, Tunísias, Baréns, Iraques.

Manuel Raposo

Um começo de vitória

Ao fim de 18 dias de manifestações populares, Hosni Mubarak renunciou ao cargo de presidente do Egito, entregando o poder às Forças Armadas.

A greve geral desencadeada pela massa trabalhadora, o alastramento da revolta, o cerco ao palácio presidencial, ao parlamento e à TV estatal, o assalto a esquadras de polícia mostraram a decisão de combate dos manifestantes e empurraram Mubarak para a única saída que tinha.

O regime, porém, ainda não caiu. De momento, nem sequer foi levantado o estado de excepção que vigora há 30 anos. As forças armadas, financiadas pelos EUA (1 500 milhões de dólares por ano), sempre detiveram o poder. E o agora vice-presidente, Omar Suleiman, é o chefe da polícia política, apontado como "o homem da CIA no Cairo", torturador, e agente de contacto entre o regime egípcio e Israel.

O derrube de Mubarak foi apenas um começo de vitória, mas teve o mérito de mostrar aos povos árabes que a mudança está nas suas mãos.

Tunísia, Egipto, Iémen, Barém, Líbia, Iraque, Jordânia, Argélia, Marrocos...

Sinais de viragem

O que dizem aos trabalhadores europeus as revoltas populares nos países árabes?

De um modo ou outro, todos os vinte e dois países do mundo árabe, desde o Atlântico até ao Médio Oriente, estão a ser tocados pela gigantesca revolta popular que põe em causa regimes políticos e sistemas sociais que pareciam até há pouco inabaláveis. Importa tentar identificar alguns dos factores que marcam as movimentações em curso.

Problemas comuns, lutas comuns

O primeiro aspecto a destacar está nos motivos que as desencadearam: os salários miseráveis, a pobreza generalizada e crescente, a subida incomportável dos preços, o desemprego; tudo isto sobre um pano de fundo de espoliação dos recursos nacionais, de regimes políticos brutais, sem liberdades públicas, apoiados e mantidos pelas grandes potências capitalistas europeias e norte-americanas.

Este quadro é comum à maioria dos países árabes e isso constitui uma base concreta para que os protestos possam contaminar país após país – possibilidade esta temida sobremaneira pelos dirigentes europeus e norte-americanos. E à medida que o sucesso das movimentações seja evidente, mais essa possibilidade de contágio se pode tornar realidade.

A juventude à cabeça

Segundo factor digno de atenção: a participação de população jovem na revolta. É certo que os países árabes têm uma população essencialmente jovem, mas não é por isso que a juventude encabeça a luta – é porque, constituindo uma maioria da população trabalhadora, a juventude sofre directa e brutalmente a crise do capitalismo (o desemprego atingindo entre ela números enormes).

A participação activa e, pode dizer-se, a liderança da juventude são sinais de que uma nova geração de lutadores sociais está a aparecer à luz do dia e a marcar os acontecimentos.

(Apesar das diferenças existentes à partida, cabe aqui um paralelo com o surgimento recente na Europa de movimentações de protesto encabeçadas por jovens, designadamente em França e no Reino Unido. É um sinal novo, também nas lutas europeias recentes, a saída em massa de jovens, muitos

deles adolescentes, para as ruas – não hesitando em fazer frente às forças policiais e preocupando-se pouco com as regras de “bom comportamento” que os eternos defensores da ordem lhes procuram meter na cabeça.)

Sentido laico e de classe

Terceiro destaque: os movimentos da Argélia, da Tunísia e do Egipto (e todos os demais de um modo geral) são, na sua raiz e no seu desenvolvimento presente, movimentos laicos, em que o traço comum é a condição de trabalhadores da maioria dos seus participantes. Quer isto dizer que, para já, a acção de massas pôs de lado a capa religiosa que acompanhou anteriores movimentações de contestação dos regimes – e que, também elas, eram alimentadas pelas desgraçadas condições de vida das populações trabalhadoras.

Aparentemente, essas anteriores manifestações de massas (que o Ocidente se apressou a condenar como “fundamentalistas”, e de que muita esquerda se distanciou com esse mesmo argumento) representaram uma acumulação de forças sociais e de disposição de luta que agora explode na sua forma mais radical, genuína, de luta de classe, despida de roupagens confessionais, reclamando liberdade e dirigida contra os efeitos da crise mundial. Neste sentido, estas revoltas são, em germe, expressão de uma luta de classe anticapitalista.

Uma mesma crise de fundo

Quarto dado importante: as razões que levam as populações árabes à luta têm traços comuns com a situação que está a ser vivida por grande parte das populações europeias, sobretudo dos países do sul e do leste, sujeitas a medidas ditas de austeridade que as lançam na pobreza. Apesar das enormes diferenças de natureza material e política entre os países europeus e os do mundo árabe, o que atinge as populações



pobres da Europa e a generalidade das populações árabes são os efeitos de uma crise comum do capitalismo (mais gritante, obviamente, nos países dependentes).

Na realidade, os laços materiais que ligam a União Europeia aos países árabes são hoje mais fortes do que as diferenças culturais e políticas sugerem: investimentos, trocas comerciais, turismo, dependência energética, migração de força de trabalho, fazem dos países do norte de África e do Médio Oriente parceiros dependentes do capitalismo europeu (além, claro, dos EUA) e esse laço material aproxima, para além da geografia, as populações trabalhadoras de ambos os lados.

O movimento faz pensar

Dito de outro modo, os trabalhadores europeus têm tudo a ganhar se tirarem para si próprios as lições dos acontecimentos: o papel activo na mobilização que os sindicatos, sobretudo na Tunísia, tiveram no levantamento popular; a participação decisiva da juventude, que mostra estar plenamente ciente dos seus problemas presentes e futuros e que não faz favores à ordem e ao poder instalado; o carácter de classe das exigências levantadas, radicando na defesa das condições de vida mas apontando os regimes políticos e sociais como os alvos a abater; a percepção de que as mudanças políticas têm de ser impostas através da força da luta de massas e não por simples reclamação.

É cedo para tirar conclusões definitivas sobre os acontecimentos e sobre quais vão ser os seus resultados práticos. Seja como for, esta revolta das populações trabalhadoras árabes – que, não esqueçamos, ocorre na periferia imediata da Europa – dá um sinal de viragem não só para os países árabes mas também para a luta de classes dos trabalhadores europeus.

Manuel Raposo

Um debate necessário

A propósito das posições diversas da esquerda revolucionária nas eleições presidenciais

As recentes eleições presidenciais suscitaram posições desencontradas por parte dos grupos da esquerda revolucionária. Vale a pena debater o assunto porque ele contém algumas das questões que determinam a fraqueza crónica desses grupos, em que nos incluímos, e a sua sistemática incapacidade para abordar as massas populares com propostas políticas revolucionárias.

Estamos abertos a acolher nestas páginas todas as contribuições para o debate destas questões.

Antes de mais

Dois pontos prévios para situarmos a discussão.

Um. Para nós, a participação em eleições não pode constituir o centro da actividade da esquerda que se opõe ao regime político e ao sistema social capitalista. Levar as massas a ganhar confiança nas suas capacidades, a ter a sua política própria, a não esperar nada das instituições e a enfrentar o regime, sim.

Dois. Não significa isto que não se participe ou não se tome posição sobre as eleições quando elas decorrem. Tudo depende da avaliação de forças e do que se joga na circunstância – sendo, portanto, o problema de natureza táctica. Distanciamos-nos, pois, das correntes que tendem para a abstenção por regra e a fazer disso uma “questão de princípio”.

Abstenção e fraqueza política

O apelo à abstenção, que dominou as posições entre os grupos da esquerda revolucionária, resulta em primeiro lugar da fraqueza dessa corrente. Mas raramente isso é encarado com frontalidade.

Parece-nos óbvio que, se a esquerda revolucionária tivesse força política e organizativa para tal, apresentar-se-ia, em condições normais, às eleições para divulgar e medir o apoio às suas posições – e a questão da abstenção não se poria.

Porque é que a esquerda anti-regime não tem força para isso? Porque não tem um programa nem unidade para tal – essa é a questão.

A esquerda revolucionária deparou com mais um acto eleitoral desarmada política e organizativamente. Mas agora com uma agravante: a crise visível do regime capitalista, a pedir respostas anticapitalistas que nenhuma força política da oposição se atreve a propor. O lugar ficou, assim, por preencher de forma mais clamorosa. Este é, quanto a nós, o pano de fundo da questão.

Ilusões sobre o abstencionismo

Os adeptos da abstenção argumentam que ela reflecte o descrédito do regime político. Apenas em parte isso é verdade. A massa abstencionista não é homogénea e não pode ser tomada, por junto, como oposição ao regime político e menos ainda ao sistema social. É composta por opositores, claro, mas também por apoiantes do regime que não o sentem em perigo, e por indiferentes que “não ligam à política” mas que não querem nem agitações nem mudanças radicais. Pensar que essa massa é mobilizável contra as instituições do regime, o sistema político e social – é uma ilusão que a prática tem desmentido.

O regime “perde legitimidade” com a abstenção?

Argumenta-se também que a abstenção “retira legitimidade” ao regime. Se isso significasse, só por si, um abalo sério para o regime, já algo teria acontecido, uma vez que nos últimos 30 anos, pelo menos, a abstenção cresceu regularmente, aproximando-se em média da metade dos eleitores. E se esse abalo se verificar (permanecendo tudo o mais na mesma, como hoje) o que o regime poderá fazer será tornar o voto obrigatório, por exemplo – recuperando de modo fácil a tal “legitimidade perdida”.

Aos olhos de grande parte da população, o sistema governativo e partidário perdeu, de facto, crédito político; mas não o sistema capitalista que o sustenta – este continua a ser tomado com “legítimo”. A ideia de “retirar legitimidade” ao regime através da abstenção parte de um equívoco: não é por legitimidade que as instituições do poder se mantêm, é por terem força. Não é o voto que as segura, é a propriedade privada, o poder do patronato, as leis, as polícias, os tribunais, os meios de informação...

A ausência foi da esquerda revolucionária

Um outro argumento para a abstenção (defendido pela revista Política Operária, por exemplo) foi o de que não há nenhuma clivagem no regime, todos os candidatos valem o mesmo e nenhum deles defende aquilo que nós gostaríamos de ver defendido.

Mas disto não se pode concluir, como se fosse óbvio, que a boa atitude é a abstenção. Como se tudo o que não fosse abstenção significasse compromisso com o regime.

Importa perceber que o regime esteve plenamente representado em todas as suas nuances; e cada um dos candidatos defendeu o que decorre da sua condição política. Sobre isso não há nada a lamentar. Quem teve falta de comparência foi a esquerda revolucionária que nem sequer se deu a conhecer como alternativa política. E é daqui que resulta a tendência para ficar à espera de “clivagens” no sistema, como uma espécie de condição prévia para se poder intervir politicamente – condenando-nos desse modo à inacção.

Sem reconhecer que a ausência política da esquerda revolucionária depende dela própria, as queixas sobre a situação adversa que defrontamos servem apenas para fugir à questão de fundo, que acima referimos.

Derrotar a direita, sim ou não?

A pergunta a que não se podia escapar era esta: uma vitória de Cavaco Silva é igual a uma derrota de Cavaco Silva? Se não, como se pode contribuir para lhe dificultar a vitória?

Nenhuma candidatura se propunha ou seria capaz de mudar o regime. Mas era claro que o candidato em que convergiam todas as forças da direita era Cavaco Silva. Uma eventual derrota de Cavaco não teria os mesmos efeitos que a sua vitória. Desta evidência resultava um objectivo político que não se pode iludir: a tentativa de infligir uma derrota ao regime passava por derrotar Cavaco.

Ora, a maneira de contribuir para isso não era defender a abstenção. A abstenção à esquerda significa um reforço proporcional da direita e, neste caso, de Cavaco Silva.

Não “sujar as mãos”?

A resposta a estas questões não pode, pois, ser iludida.

A revista Rubra (Outono 2010) descartou o problema num editorial em que afirma que “quem combate este regime (...) não tem nada a fazer nestas presidenciais” porque “um bom general não conduz as suas tropas a travar batalha num terreno desfavorável”. Vai daí, apela à greve geral de 24 de Novembro – não se percebendo em que é que a



Dialéctica e tabuada

A propósito da candidatura de Alegre

Na aritmética elementar, dois e dois são quatro. Mas a luta de classes obedece a leis que relevam da dialéctica, e não da aritmética. Nela – a luta –, dois e dois podem ser menos de quatro, mas também podem ser mais de quatro. Há somas que subtraem e há somas que multiplicam.

Vem este arrazoado a propósito das eleições que, sendo embora filhas bastardas da luta de classes e seus reflexos distorcidos, obedecem mais às leis da dialéctica do que às regularidades da tabuada. As eleições presidenciais de 23 de Janeiro são uma confirmação estrondosa disso mesmo.

Assim, ao convergirem na campanha de Manuel Alegre, o PS e o BE protagonizaram uma das tais somas que subtraem. Votos do PS mais votos do BE deram menos do que os votos de Alegre sozinho em 2006, sem PS nem BE, contra PS e contra BE, contra quase tudo e quase todos. Porquê? Porque no paralelogramo de forças de dois partidos adversários, ambos se anularam e deram uma resultante inferior à soma, e inferior até a uma das parcelas.

Concorrendo sozinho, Alegre sentira as mãos mais livres e a voz mais solta para criticar o Governo Sócrates. Fez na altura as críticas que quis, e provavelmente algumas que nunca lhe tinham passado pela cabeça e que o ressabiamento de então verdadeiramente propiciava. Obteve os votos de indignação e protesto que suscitava a política do Governo.

Concorrendo agora com o apoio do PS, calou boa parte das suas críticas e perdeu a imagem de oposição. Brilhou pela ausência nos piquetes de greve de Novembro e nas manifestações contra o roubo dos salários. Deixou o número de candidato rebelde para ser desempenhado pela lamentável candidatura de Fernando Nobre.

A aposta do BE em somar votos de oposição – os de Alegre em 2006 com os propriamente bloquistas – poderia à primeira vista parecer uma aposta legítima. Mas caía pela base assim que Alegre começava a organizar os seus discursos, os seus ditos e os seus não-ditos, em função do apoio do PS. Não podia nunca somar votos oposicionistas um candidato que quase sempre se calava para conservar votos governamentalistas. O BE deveria saber isto melhor do que ninguém, porque ele próprio conseguira pôr de pé, na sua origem, uma das tais somas que multiplicam – se não em termos militantes, ao menos nos tais termos eleitorais que aqui empreendemos discutir. A soma aritmética de votos das suas várias componentes nunca teria alcançado as votações que alcançou o BE como tal. O apoio a Alegre por parte do BE significou o voltar as costas à dialéctica realista da luta de classes e o recair nas ilusões duma tabuada primitiva e esquemática.

António Louçã

acção na greve geral impede a intervenção nas eleições, e vice-versa. Entretanto, deixa sem resposta a boa pergunta que encabeça o texto: “por que é que a esquerda não tem um candidato de jeito?”. Dessa resposta, sim, poderia esperar-se alguma clarificação.

Por seu lado, a revista Política Operária (Janeiro-Fevereiro 2011), que nos critica por termos proposto o voto contra Cavaco (pondo em nós, de caminho, posições que não defendemos), ilude o problema dizendo que derrotar Cavaco passava por “engrossar a abstenção” para, com isso, “amesquinhar e apoucar o vencedor”.

Este é o caso de uma afirmação de valor político nulo: em termos práticos facilita-se a vitória do principal candidato do regime, mas em termos retóricos procura-se averbar uma vitória moral. Vê-se como a direita saiu amesquinhada e apoucada...

Por fim

Voltamos ao problema de fundo.

Depois de participar na onda popular de 74-75, com real capacidade de influenciar os acontecimentos e ganhar apoios, a esquerda que permaneceu em posições revolucionárias deixou, geralmente, a acção política ao duelo entre as forças de direita e as forças reformistas.

Abdicou de ter a sua própria intervenção política no curso dos acontecimentos, remetendo-se a tarefas de agitação e de propaganda, as mais das vezes pontuais.

É este o problema que precisa de solução. Para isso, não basta repetir “é preciso que haja” estas e aquelas condições para a intervenção política. Elas têm de ser criadas pelo único meio possível: um programa político, unidade e organização.

(Texto integral no nosso site, www.jornalmudardevida.net)

Ainda os voos da CIA

Governo nega mas vai pondo as barbas de molho

Com as últimas denúncias da WikiLeaks sobre os voos da CIA, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o governo desdobraram-se em explicações com o fito de negar as evidências. Mas, bem observadas as declarações, percebe-se que o ministério e o governo tentaram sobretudo acautelar possíveis desenvolvimentos do caso que desmintam, pura e simplesmente, a tese oficial de que “não houve nada”.

Disse o ministro Luís Amado que não houve nenhum pedido *formal* da parte dos EUA ao

governo português para a passagem dos aviões com prisioneiros vindos de Guantânamo; que não foi, por isso, dada nenhuma *autorização* pelos responsáveis portugueses; que se houve operações secretas elas *não foram do conhecimento* português ... por serem secretas; que as autoridades norte-americanas deram “as garantias possíveis” sobre a legalidade dos voos e “(eu, Luís Amado) aceitei-as como boas”. Também sobre os voos com prisioneiros com destino a Guantânamo, iniciados pela CIA em 2002, Luís Amado usou a mesma fórmula evasiva: “Não há nenhum indício, *até ao momento*”.

Semelhante, de resto, ao que Freitas do Amaral (MNE em 2005) fez saber quando as primeiras denúncias vieram a público: “o governo não tem conhecimento” da passagem de aviões da CIA por Portugal “pelo menos *desde a tomada de posse do executivo*” (de Sócrates).

OK informal

O arrazoado do MNE deixa em aberto a possibilidade de ter havido pedidos, ou simples comunicações, *não formais* dos EUA a que as autoridades portuguesas *não levantaram obstáculos*, sem propriamente terem de dar autorização formal. A realidade é mascarada debaixo destas subtilezas de linguagem. De pouco serve, também, a distinção, em que o ministro insistiu, de que os últimos voos referidos eram de “repatriamento”

de prisioneiros de Guantânamo para os seus países de origem, uma vez que esses homens, com toda a probabilidade, voltariam a ser detidos e torturados no destino (e possivelmente silenciados) dado terem sido entregues à CIA, alguns a troco de dinheiro, pelas autoridades desses mesmos países.

As contradições em que o ministro e o governo caem acabam por confirmar as denúncias feitas, agora e desde pelo menos 2007. Com efeito, revela Luís Amado que, apesar de não ter existido “pedido formal”, houve contudo “diligências confidenciais” em 2006, entre o MNE e o Departamento de Estado dos EUA, sobre as quais o primeiro-ministro Sócrates “esteve sempre informado”. Ora, como a imprensa referiu, Sócrates declarou na Assembleia da República, em Janeiro de 2008, que o governo português “nunca foi consultado” nem “recebeu qualquer espécie de pedido de autorização” para uso do espaço aéreo ou da base das Lajes para transporte ou transferência de prisioneiros.

Arquive-se

As implicações do caso não se ficam pelo governo. Confirma-se também que a investigação iniciada em Fevereiro de 2007 pela Procuradoria Geral da República sobre a implicação de Portugal nos voos da CIA terá sido abafada por pressões políticas do governo e da embaixada dos EUA. É o que se conclui do facto de o embaixador dos EUA em Lisboa ter sossegado os seus patrões em Washington, logo em Setembro



de 2007 – ano e meio antes de o inquérito da PGR ter sido arquivado, em Junho de 2009 – de que a investigação iria dar em nada. Fontes de informação do senhor embaixador, identificadas por ele mesmo: juristas e o próprio governo português!

Todo o poder implicado

As novas revelações lançaram um pouco mais de luz sobre um caso que envolve todas as forças do poder português desde longa data. A começar em 2001 com o apoio dado à invasão do Afeganistão e o uso sem restrições da base das Lajes pelos EUA na agressão. Passando depois, em 2003, pela cimeira dos Açores em que Durão Barroso implicou o país em nova agressão, desta vez ao Iraque, e em todos os crimes que se sucederam. E acabando (?) na cumplicidade evidente, apesar das rituais negativas oficiais, com os crimes cometidos pelos EUA em violação de todas as normas do direito internacional, de que os prisioneiros de Guantânamo são apenas um dos casos mais conhecidos.

Toda esta “cooperação” de cavalheiros decorreu, é bom lembrar, com conhecimento da parte das autoridades portuguesas da existência de inúmeras prisões secretas instaladas pelos EUA em diversos países e de outras a bordo de navios de guerra que terão estacionado em águas territoriais portuguesas transportando prisioneiros sujeitos a tortura. Com conhecimento do massacre

que estava a ser cometido no Iraque sobre a população civil. Com conhecimento das barbaridades praticadas em Abu-Ghraib.

Pacto de silêncio

A conviência das forças do poder para porem uma pedra sobre o assunto ficou bem patente no início de 2007 quando PS, PSD e CDS, em uníssono, chumbaram a formação de uma comissão de inquérito parlamentar destinada a investigar a co-responsabilidade do então executivo e dos anteriores nas ilegalidades cometidas pela CIA. Ficou igualmente evidente na falta de colaboração das autoridades portuguesas com a investigação conduzida pelo Parlamento Europeu, de que se queixou repetidamente o insuspeito eurodeputado do PSD Carlos Coelho. Ficou também à vista na contestação que a eurodeputada do PS Ana Gomes fez ao arquivamento do processo pela PGR, quando havia indícios mais do que suficientes para prosseguir a investigação e chegar a conclusões (ou por isso mesmo...).

Aos pouco, porém, o muro de silêncio e de ocultação abre brechas. Cenas de próximos capítulos estão certamente a caminho. E é por isso que não conseguimos evitar de ver na linguagem oblíqua do ministro Luís Amado uma forma habilidosa de, ele e o governo, irem pondo as barbas de molho.

Manuel Raposo

Mudança de tom

No início da revolta no Egipto, Hillary Clinton recomendou a Mubarak que “não tivesse pressa em aplicar medidas duras” contra os protestos, o que foi uma forma de apoiar Mubarak. Os acontecimentos forçaram os EUA a mudar de tom e defender a ideia de uma “transição ordeira”, o que também não era desapojar o regime egípcio. Interpretando a mensagem a seu jeito, Mubarak dizia que não saía por se achar a peça-chave da “transição ordeira”. Apesar de não coincidirem nos termos, ambos convergiam nisto: tudo menos deixar o poder cair na rua. Lembra a portuguesa “evolução na continuidade” tentada por Marcelo Caetano. A acção das massas mostra o terreno estreito em que se move o poder burguês.

EUA: pelo fim da ajuda a Mubarak

A 5 de Fevereiro, uma marcha sobre a Casa Branca (Washington) exigiu o fim da ajuda dos EUA ao regime de Mubarak, respondendo a um pedido de solidariedade dos manifestantes egípcios da Praça Tahrir. O Egipto é o segundo destinatário “de ajuda externa” dos EUA, logo a seguir a Israel.

Amigos e aliados

O jurista suíço Dick Marty, denunciou em relatório, solicitado pelo Conselho da Europa, o tráfico de órgãos humanos, retirados a prisioneiros sérvios liquidados com bala na cabeça. O tráfico foi praticado (pelo menos entre 1999 e 2000) pelo chamado Exército de Libertação do Kosovo (ELK). O seu dirigente, o actual primeiro-ministro kosovar Hashim Thaçi, é apontado como o chefe desta máfia, que se estendia à Albânia. O ELK e Thaçi foram apoiados pelos EUA e pela União Europeia, com o fim de separar o Kosovo da Sérvia, e dados como legítimos representantes dos albaneses kosovares. O Kosovo, como a Albânia, é hoje um território sem lei dominado por máfias e por bases militares da NATO e dos EUA.

As revelações da WikiLeaks

Uma ajuda importante à luta contra o imperialismo

Parte substancial das informações divulgadas pela WikiLeaks nos últimos meses têm sido de grande utilidade na demonstração da mentira, da hipocrisia e dos crimes com que diariamente vivemos num mundo dominado pela ordem capitalista e os seus média. Assim como mostram a falsidade das suas democracias, ajudando a melhor interpretar diversos acontecimentos e fundamentar acusações contra os políticos que representam a ordem burguesa.

São numerosas as mafeitorias praticadas por essa gente, nomeadamente através da intervenção dos seus serviços secretos ou dos crimes perpetrados nas guerras do Iraque e do Afeganistão. E é um dos nossos papéis evitar o silenciamento de tais mafeitorias.

Dados mais recentemente divulgados pela WikiLeaks, que dizem respeito a documentos diplomáticos confidenciais, revelam a existência de espionagem económica, política e militar praticada pelos EUA, mesmo em relação aos seus aliados, assim como a prepotência e o desprezo com que esta potência imperialista trata os seus amigos. A “democrata” Hillary Clinton, que mandou espiar Ban Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas, não fica nada bem na fotografia. Também, em Portugal, Luís Amado e o governo de José Sócrates são uma vez mais apanhados a mentir sobre a utilização do espaço aéreo português pelos aviões da CIA – que transportavam detidos ilegais – contribuindo tais documentos, ainda, para fundamentar a cumplicidade dos governantes portugueses com numerosos crimes de guerra. Preocupados com as consequências de um melhor conhecimento público dos seus actos criminosos e das respectivas reacções, os dirigentes imperialistas viram-se



obrigados a desenvolver uma “onda de indignação”, que vem percorrendo os meios burgueses do ocidente. Isto, a par da perseguição jurídico/policial que, com pretextos esfarrapados de violação sexual (quanto pagou a CIA pelo negócio?), já haviam desencadeado contra Julian Assange, fundador da WikiLeaks. Campanha que diversos instrumentos do império, como a Amazon, Visa, MasterCard, PayPal e alguns outros meios financeiros, vêm continuando contra a WikiLeaks. Nos EUA, republicanos como Mike Huckabee, incitaram ao assassinato de Assange. Outros (dentro e fora dos EUA) pretendem a declaração da WikiLeaks como “organização terrorista”. Em Portugal, dados os “brandos costumes”, os detractores da organização não vão tão longe: vozes do dono, como Teresa de Sousa ou Fernanda Cância, procuraram desvalorizar as revelações da WikiLeaks, questionando a legitimidade da

recolha destes documentos e considerando-a uma operação anti-americana. O diplomata José Cutileiro, “preocupado” com aquilo a que chama roubo de documentos, escreveu um artigo mais refinado sobre o assunto, embora à medida do seu habitual reaccionarismo. E Esther Mucznik, acérrima defensora do estado terrorista de Israel, condenou violentamente Julian Assange, chamando-lhe mercenário e bandido. Uns e outros críticos da WikiLeaks, cá dentro e lá fora, geralmente defendendo os interesses das classes dominantes, não têm sido capazes, contudo, de pôr efectivamente em causa o essencial – a fiabilidade dos documentos divulgados e a veracidade de vários dos factos em questão, alguns deles já bem conhecidos, mas que agora se viram confirmados através de mais detalhes. Por tudo isto, que cresçam e floresçam muitas WikiLeaks!
Pedro Goulart



Insatisfação no aparelho repressivo do Estado

Polícias e militares (e também magistrados), para além da contínua defesa dos privilégios dos seus grupos profissionais em relação aos restantes trabalhadores, têm-se queixado nos últimos tempos da falta de condições de trabalho e de equipamentos diversos, pressionando o governo. Conscientes do seu papel decisivo na manutenção da ordem burguesa, exploradora e opressiva, estes corpos do aparelho repressivo do Estado sabem que o poder político acaba por ceder a grande parte das suas exigências.

No final do ano, em dois dias seguidos, o Diário de Notícias, na linha do papel que tem vindo a desempenhar, publicou várias conversas com militares e polícias, procurando justificar os gastos do Estado com as forças repressivas e pressionar o governo a despejar aí mais dinheiros públicos. Isto, na sequência das trapalhadas com a encomenda dos seis blindados (que não chegaram a tempo) para a cimeira da NATO, realizada em Novembro, e no meio dos pesados sacrifícios hoje impostos às classes trabalhadoras. Um artigo de Paulo Julião, baseado em fonte oficial da Marinha, punha a nota na falta de meios operacionais, afirmando, entre outras coisas, que a Marinha, encarregue de tarefas de segurança, defesa e salvamento na 11.ª maior área de águas jurisdicionais do mundo, operou em 2010 com apenas cinco navios de defesa e mais dez de segurança, os primeiros com cerca de vinte anos de operação e os restantes à volta de quarenta. Insistindo na mesma tecla, o artigo dava a saber que, afectos às "funções de defesa militar e apoio à política externa", estiveram, em 2010, cinco fragatas, com cerca de vinte anos de operação – a que se juntarão os novos submarinos Tridente e Arpão, os tais que custaram mil milhões de euros num negócio ainda por esclarecer. E vincava uma vez mais que, na vertente de "segurança e autoridade do Estado", os dez meios à disposição da Marinha contam com entre trinta e cinco a quarenta anos de operação.

Argumentando com a necessidade de vigiar todo o espaço marítimo nacional, aquela fonte da Marinha justificava a compra dos submarinos com o "papel

importante" desempenhado por eles na "única estratégia de controlo eficaz que é a da dissuasão". E, nessa ordem de ideias, defendia ainda a necessidade de entrega "o mais rapidamente possível" dos oito navios-patrolha oceânicos em construção em Viana do Castelo.

Um dia depois, o mesmo jornal, agora em mais uma prosa da inefável Valentina Marcelino, afirmava que, se a frota de veículos com protecção balística da PSP ficasse reduzida aos dois blindados que já tinham sido entregues, a "diversidade de cenários" em que poderia actuar ficaria muito limitada. Um oficial superior da GNR argumentava, a propósito, que "para projectar uma unidade numa missão internacional teria de ter os seis blindados, com um total de 60 homens, que é o mínimo considerado para estas operações".

Por seu lado, o presidente do Sindicato Nacional de Oficiais da PSP fazia notar que "se foi assumido e sustentado pela direcção da PSP e corroborado pelo Governo que havia necessidade de adquirir seis viaturas com protecção balística e não apenas duas, era porque se tratava de uma necessidade real para responder às exigências das várias missões da PSP".

Envolvidos em jogos internos de poder e com alguma indiferença em relação à "crise" e às difíceis condições de vida da maioria dos portugueses – militares, polícias e magistrados manifestam-se "preocupados" com o êxito das suas missões no Afeganistão, nos "bairros problemáticos" ou em processos mediáticos como o do caso Freeport. Prosseguem, impávidos, os seus gloriosos combates!

Carlos Completo

Ricas prendas

Soube-se que 4050 GNR, 1200 polícias e mais uns quantos militares foram promovidos a correr no final do ano; e que, por isso, os ministérios da Defesa e da Administração Interna aumentaram as despesas com pessoal em mais de 200 milhões de euros, as maiores, em percentagem, de todos os ministérios.

Soube-se que o poço sem fundo do BPN já sorveu 5 mil milhões de euros; e que mais 2 mil milhões nos podem ser extorquidos para o mesmo fim. Soube-se ainda que os 2,2 mil milhões de euros aprovadas em 2009 pelo governo para "responder à crise" se destinaram em 61% aos bancos, 36% às empresas e apenas 1% à defesa do emprego.

Soube-se, por fim, que o salário mínimo nacional, que deveria subir para 500€, fica pelos 485€; e que as taxas "moderadoras" na Saúde passam a atingir todos os que ganhem acima dessa fortuna que é o salário mínimo.

O contraste destas medidas vai sendo comentado, mas não tanto a coerência que liga umas às outras. A coerência está nisto: patrões e poder sabem que a massa trabalhadora é a fonte exclusiva dos seus rendimentos.

Sabem, pois, que quanto mais subtraírem aos salários e aos apoios sociais, mais lucros acumulam. E têm a percepção de que podem prosseguir enquanto não houver uma resposta violenta da parte das vítimas. Para prevenirem tal risco de uma resposta maciça e violenta, têm de "discriminar positivamente" essa variedade de assalariados improdutivos que lhes asseguram a estabilidade do poder: polícias, GNR e militares.

Manuel Raposo

DITO

O capitalista tem lucro porque pode vender algo que não pagou.

*Karl Marx (1818-1883)
O Capital*